



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA MINISTRA PRESIDENTE DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA, brasileiro, casado, advogado, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, inscrito no CPF/MF n. 293.957.630-00, portador da Cédula de Identidade RG n. 70.06394436 SSP/RS, com endereço profissional situado à SAUS Qd. 05, Lote 01, Bloco M, Brasília/DF, por meio de seu procurador, conforme a procuração anexa, vem à presença de Vossa Excelência, impetrar

**MANDADO DE SEGURANÇA
COM PEDIDO LIMINAR**

com fundamento no art. 5º, inciso LXII, da Constituição Federal, combinado com a Lei nº 12.016/2009, contra ato abusivo e omissivo do Excelentíssimo Senhor **Presidente da Câmara dos Deputados, DEPUTADO FEDERAL RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA**, pelas razões e fundamentos legais que passa a expor:



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

I - DOS FATOS:

O impetrante é Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em 25 de maio de 2017, após reunião extraordinária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, ocorrida no dia 20 de maio de 2017, o impetrante entregou à Câmara dos Deputados Denúncia por Crime de Responsabilidade em face do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Miguel Elias Temer Lulia.

Tal Denúncia ocorreu após se verificar a prática de graves infrações administrativas, investigadas no Inquérito 4483/STF, no qual os colaboradores Joesley Mendonça Batista, presidente da sociedade empresária J&F Investimentos S.A., e Ricardo Saudi, apresentaram-se perante o Ministério Público Federal com fatos e provas de supostos crimes praticados por autoridades que dispõem de foro por prerrogativa de função, dentre os quais o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil.

Após intensa deliberação de seus conselheiros federais, a Ordem dos Advogados do Brasil concluiu que o Chefe do Poder Executivo teria atentado contra a probidade na administração e o cumprimento das leis e das decisões judiciais (art. 85, V e VII da Constituição), bem como procedido de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de seu cargo (art. 9º, n. 7 da Lei nº 1.079/1950), motivos que fundamentaram a Denúncia protocolada pelo Impetrante.

Neste sentido, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados dispõe que compete ao Presidente da Casa efetuar juízo preliminar de admissibilidade das denúncias por crime de responsabilidade contra o Presidente da República (art. 51, I). Disciplina, ainda, o processamento do feito em face do Presidente e Vice-Presidente da República, bem como dos Ministros de Estado por crime de responsabilidade.

O § 2º do artigo 218 determina que o Presidente da Câmara receberá a denúncia e verificará a existência dos requisitos de que trata o parágrafo anterior, a qual será lida no expediente da Sessão seguinte e despachada à Comissão Especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os Partidos.



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

Conforme se depreende do mencionado dispositivo legal, o sistema constitucional que prevê o controle realizável por todo cidadão das atividades das autoridades mencionadas passa pela competência exclusiva do Presidente da Câmara dos Deputados em receber tal denúncia e avaliar se a mesma possui os requisitos mencionados no § 1º do art. 218 do Regimento Interno.

Ocorre que, apresentada a denúncia pelo Impetrante verifica-se o transcurso de mais de 80 (oitenta) dias sem que a mesma tenha sido analisada – seja para seu recebimento e processamento, seja para sua rejeição liminar.

Conforme será demonstrado pelo Impetrante, embora o artigo mencionado não estipule um prazo para que seja realizado tal ato, o não processamento da denúncia pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara dos Deputados representa ato ilegal e omissivo e, ao final, revela grave violação aos preceitos constitucionais.

II - DOS FUNDAMENTOS – ATO ABUSIVO E OMISSIVO – DESVIO DE FINALIDADE – DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO – JUÍZO MERAMENTE PRELIMINAR – ATRASO INJUSTIFICADO:

Consoante afirmado, a Ordem dos Advogados do Brasil, por meio de seu Presidente Nacional, apresentou denúncia contra o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil na data de 25 de maio de 2017, isto é, há mais de oitenta dias. Transcorrido tal prazo, não houve qualquer sinal do Ilustre Presidente da Câmara dos Deputados em sequer analisar tal pedido.

Ao deliberadamente retardar a análise da denúncia, incorre em omissão caracterizadora de desvio de finalidade, vez que o agente intenta fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência. Daí a lição de Cretella Júnior¹ ao afirmar que “a base para a anulação dos atos administrativos, que nela incidem, o desvio de poder difere dos outros casos, porque não se trata aqui de apreciar objetivamente a conformidade ou não conformidade de um ato com uma regra de direito, mas de proceder-se a uma dupla investigação de intenções subjetivas: é preciso indagar se os móveis que inspiram o autor de um ato administrativo são aqueles que, segundo a intenção do legislador, deveriam realmente inspirá-lo.”

¹ In DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Curso de Direito Administrativo. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 254-255.



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

Apesar de reconhecer-se na função representativa do Deputado Federal, particularmente quando investido na condição de Presidente da Câmara de Deputados, um múnus essencialmente político, não há de se olvidar que sua atuação deve balizar-se sempre nos ditames da lei e da Constituição. Isto é, a liberdade de atuação, inclusive dos juízos políticos, é controlada, de modo que seus atos são passíveis de questionamento.

Apontou esse Egrégio Supremo Tribunal Federal - STF, quando do julgamento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 378/DF, que silente a lei específica sobre a matéria, há de tomar-se com preponderância o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Pois bem, o art. 218, §2º estabelece os seguintes termos:

§ 2º Recebida a denúncia pelo Presidente, verificada a existência dos requisitos de que trata o parágrafo anterior, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada à Comissão Especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os Partidos.

Disto infere-se, basicamente, o mesmo procedimento estabelecido pela Lei nº 1.079/50, em seu artigo 19. Tal artigo é insuficiente na definição de quaisquer prazos acerca da efetivação do juízo preliminar de admissibilidade, de competência do Presidente da Câmara dos Deputados.

Acerca de tal juízo de admissibilidade merece atenção a fala do Excelentíssimo Ministro Luís Roberto Barroso, quando afirma:

“Importante enfatizar que o ato do Presidente da Câmara, embora acarrete o recebimento da denúncia no contexto do processo instaurado no âmbito daquela Casa Legislativa, não encerra de forma definitiva o juízo de admissibilidade da denúncia. Se a denúncia for recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, incumbirá ao Plenário o juízo conclusivo quanto à viabilidade da denúncia.

Essa sistemática também guarda similitude com a lógica do processo penal ordinário, em que o juiz recebe a denúncia e, à vista de defesa escrita, na fase prevista no artigo 397 do CPP, revisita a adequação da acusação a justificar a produção de provas voltadas a formar o juízo de mérito.”



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

Certamente é competente o Presidente da Câmara dos Deputados para efetuar o juízo prévio de admissibilidade, contudo não o é competente para, ignorando seu dever legal, não dar efetivamente uma decisão.

Observemos que o Excelentíssimo Presidente da Câmara apoia-se sob expediente ilegal e omissivo para, justamente, impedir qualquer análise pelos seus pares. Isto é o que se infere do próprio art. 218, §3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que estabelece:

“§3º Do despacho do Presidente que indeferir o recebimento da denúncia, caberá recurso ao Plenário.”

Vê-se disso que o ato de não-decidir é, precisamente, o único meio hábil que tem o Presidente da Câmara de vedar qualquer tipo de acesso de seus pares à denúncia contra o Presidente da República.

Tal expediente constitui o desvio de finalidade, pela ilegalidade, vez que inflige tripla violação de direitos: num primeiro momento do cidadão, que no gozo de seus direitos políticos elabora a denúncia contra o Presidente da República; em segundo lugar, contra os próprios pares, incumbidos do dever constitucional de controle do Poder Executivo, que ficam impedidos de efetuar a análise dos autos, seja em sede de denúncia original, seja em sede de recurso ao Plenário; e, finalmente, viola o princípio republicano que fundamenta nosso sistema constitucional, uma vez que blinda as autoridades de serem investigadas, fundado na vontade de um único representante, ignorando os deveres de seus outros 512 pares.

O ato do Excelentíssimo Presidente da Câmara dos Deputados deve existir, seja no sentido de deferir o processamento inicial do pedido, seja no pedido de negar-lhe seguimento – despacho do qual caberá recurso ao Plenário.

Não o é outorgada a faculdade legal de nada fazer, sob pena de mitigar a independência do Parlamento e impossibilitar a investigação acerca de ilegalidades perpetradas pelo Chefe do Poder Executivo quando este detiver o apoio do Presidente da Câmara dos Deputados.

Trata-se de juízo preliminar, nas palavras do Min. Barroso, meramente um “juízo de admissibilidade interno”, juízo simples e que não necessita de aprofundamento. Nesse viés, considera-se que mais de 80 (oitenta) dias para tal análise preliminar é mais do que razoável.



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

A Denúncia foi elaborada em termos diretos e acompanhada de provas amplamente divulgadas pela mídia, conforme anexo, sobre as quais já se manifestou diversas vezes a autoridade coatora.

Nesse sentido, veja-se que a Constituição Federal, ao estabelecer outros prazos para manifestação do Parlamento – que por vezes exigem juízos definitivos e que envolvem matéria certamente mais complexas –, o faz com definição limitada de tempo.

Assim o é que o Presidente da República só pode ser afastado pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias de seu cargo, quando do processamento de pedido de impeachment, nos termos do art. 86, §2º. Tal caso revela que, para o julgamento definitivo de culpa – e não mero juízo de admissibilidade e preliminar – entendeu o constituinte originário tal como tempo razoável.

Outro exemplo a ser ponderado é o caso das medidas provisórias, capazes de trancar a pauta do legislativo, e que deverão ser votadas em regime de urgência, se não apreciadas em até 45 (quarenta e cinco) dias de sua publicação, nos termos do art. 62, §6º.

Por fim, é exemplificativo o caso do veto presidencial, o qual deverá ser comunicado ao Presidente do Senado Federal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, e qual deverá ser apreciado em Sessão Conjunta do parlamento no prazo máximo de 30 dias, nos termos do art. 66 §§1º e 4º.

Disto, pois, que o ato omissivo e ilegal do Excelentíssimo Presidente da Câmara dos Deputados tem o condão de ferir, por tal ato abusivo, o processo político-constitucional.

III - DO PEDIDO LIMINAR:

Pelo exposto, o atraso injustificado da autoridade coatora em analisar a Denúncia resta em flagrante prejuízo à sociedade. Assim, o pedido liminar é medida de justiça, uma vez que presente os seus requisitos autorizadores.

O *fumus boni iuris* se consubstancia na atitude desidiosa do Excelentíssimo Presidente da Câmara dos Deputados em não apreciar a denúncia formulada pelo Impetrante enquanto Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, a despeito da legislação o enquadrar como autoridade competente para tanto.



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

Já o *periculum in mora* resta evidente, pois o Excelentíssimo Presidente da Câmara deve analisar o pedido formulado e decidir pelo seu acolhimento ou rejeição, mas jamais engavetar por quase 3 (três) meses uma denúncia que envolve o Chefe do Poder Executivo Nacional.

Por certo, a mais danosa mensagem que o Poder Legislativo pode transmitir aos cidadãos e à comunidade internacional é o vácuo decisório, por perpetuar a situação de instabilidade institucional, quebra da transparência e enfraquecimento do pacto republicano firmado pelos brasileiros na Constituição de 1988.

Assim, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 12.016/2009, requer liminarmente, e inaudita altera pars, que seja estabelecido prazo máximo ao Impetrado, para que este finalize a análise da denúncia apresentada pelo Impetrante enquanto Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.

IV – DO PEDIDO:

Isto posto, rebelando-se, pois, contra o ato manifestamente abusivo e omissivo da autoridade coatora, impetra o presente MANDADO DE SEGURANÇA requerendo a Vossa Excelência digne-se concedê-lo, determinando à Autoridade Coatora que proceda à análise da Denúncia por Crime de Responsabilidade em face do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Miguel Elias Temer Lulia, encerrando prazo para que a Autoridade Coatora expeça o juízo de admissibilidade preliminar.

Requer ainda:

- a) A concessão da medida liminar, nos termos delineados;
- b) Notificação do Excelentíssimo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia, Autoridade Coatora, a fim de que, no prazo legal, preste as informações que entender necessárias;
- c) cientificar a UNIÃO, órgão de representação jurídica da pessoa jurídica a qual o impetrado está vinculado, na forma do art. 7º, II, da Lei nº 12.016/99, representada para este fim pela Advocacia-Geral da União, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 03, Lote 5/6, Ed. Multi Brasil Corporate, Brasília – DF, CEP 70.070-030;



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

d) a intimação do douto representante do Ministério Público para opinar nos presentes autos, querendo; e

e) Requer, finalmente, a confirmação da liminar e concessão definitiva da segurança impetrada, no sentido de determinar que proceda a Autoridade Coatora à análise do pedido descrito.

Protesta, o Impetrante, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente a prova documental anexa à presente ação mandamental, que representa prova pré-constituída do direito líquido e certo do Requerente.

Em atenção ao que dispõe o artigo 106 do Código de Processo Civil, o Autor informa que poderá receber intimações no endereço eletrônico aju@oab.org.br.

Requer-se, por fim, que as intimações pertinentes ao presente processo sejam feitas, exclusivamente, em nome do advogado **Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior**, inscrito na OAB/DF sob o nº 16.275 (endereço eletrônico: aju@oab.org.br), sob pena de nulidade (artigo 272, §5º do Código de Processo Civil).

Dá-se a causa o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) meramente para fins de alçada.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 15 de agosto de 2017.

Claudio Pacheco Prates Lamachia

OAB/RS 22.356

Presidente do Conselho Federal da OAB



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior', written in a cursive style.

Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior

OAB/DF 16.275